

Devedores reúnem-se em quinze dias

por Norton Godoy
de Brasília

Os ministros de Relações Exteriores e de Finanças da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Equador e Venezuela irão reunir-se na primeira semana de junho, antes do dia 7, data do "summit" dos governantes das sete potências. A data do encontro bem como o local serão definidos nos próximos dias por meio de contatos diários entre as respectivas chancelarias, segundo informou ontem a este jornal, por telefone, o secretário argentino de Relações Econômicas Internacionais, Jorge Romero.

De acordo com Romero — que também é conselheiro particular do presidente Raúl Alfonsín —, seu chanceler, Dante Caputo, deverá voltar a entrar em contato com o chanceler Saraiwa Guerreiro ainda hoje, por meio de ligação telefônica entre Buenos Aires e Tóquio, onde Guerreiro se encontra acompanhando o presidente João Figueiredo. Ontem, o governo do Equador, em nota oficial, aderiu à ação conjunta dos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, divulgada no último sábado, e o governo da Venezuela também afirmou seu apoio ao documento.

A preocupação em realizar a reunião dos chanceleres e ministros das Finanças antes do "summit" de Londres justifica-se na medida em que se quer não somente uma repercussão imediata junto aos governos dos países credores como também impedir que estes "fechem" uma posição comum que muito dificilmente poderia ser alterada posteriormente. Tanto o chanceler brasileiro, em entrevista a este jornal no último fim de semana, quanto o secretário argentino consultado ontem julgaram extremamente oportuna uma proposta conjunta de negociação dos devedores latino-americanos na véspera do encontro dos grandes em Londres.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão — que deverá participar desta reunião latina —, não quis fazer comentários, ontem, a respeito da nota dos presidentes. Ante a insistência da imprensa, Galvão disse apenas que "não muda nada" no processo de renegociação da dívida brasileira após esta nota presidencial, segundo relato da editora Cláudia Safatle.

Um diplomata norte-americano disse que é difícil prever uma renegociação de governo a governo antes de se sentar com os bancos privados, "que são independentes". A fonte entende também que há pontos de convergência entre os devedores latino-americanos, mas que "há igualmente diferenças substanciais entre estes países que assinaram a nota presidencial e que uma negociação poderia ser conjunta naquilo que é comum e separada nas suas particularidades". Diplomatas franceses e britânicos mostraram-se mais reservados ainda, preferindo aguardar manifestação de suas respectivas chancelarias em Paris e Londres.

DUZENTAS FORMULAS

A cerca de quinze dias da reunião dos latino-americanos, já há em discussão muitas idéias concretas que substanciarão a proposta conjunta destes devedores aos credores. O secretário Jorge Romero afirmou que estas idéias somam mais de duzentas fórmulas. Porém, as mais discutidas versarão sobre definição de período de carência para os juros das dívidas, redução das taxas de juros, até emissão de bônus sobre parcela dos juros das dívidas, com o objetivo de dar liquidez.

Paralelamente à adesão do Equador, o governo da Venezuela emitiu ontem nota oficial onde afirma suas coincidências com as considerações básicas do documento subscrito no sábado pelos quatro presidentes. Segundo informou a este jornal o embaixador venezuelano, Ildemar Perez Segnini, a nota de seu governo não significa uma adesão ao documento presidencial. Não obstante, acrescentou, a nota pode ser interpretada com o mesmo sentido político do documento de sábado.

Para Jorge Romero — que esteve em Brasília com o chanceler Dante Caputo, há cerca de dez dias —, o mais importante, como interpretação da ação conjunta latino-americana, é que ela, independentemente do que vem sendo feito no lado técnico da negociação da dívida, transforma a característica dessa negociação num tema político. Como disse ontem, "não é mais possível aceitar que 6 a 8% do Produto Nacional Bruto dos maiores devedores seja utilizado para pagamento dos juros de cada dívida externa".